

EXMO. SENHOR PRESIDENTE
 DA CÂMARA MUNICIPAL DA TROFA

REQUERIMENTO CAMPANHA MUNICIPAL DE ESTERILIZAÇÃO DE CANÍDEOS E FELÍDEOS

REQUERENTE

Nome			
Morada			
Freguesia		Código Postal	-
N.º Identificação Fiscal		N.º Identificação Civil	Válido até
Telefone		Telemóvel	
E-mail			

Autoriza o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado.

Vem na qualidade de proprietário do(s) animal(ais) abaixo identificado(s), candidatar-se à sua esterilização cirúrgica gratuita.

Dado(s) do(s) animal/animais:

Tipologia dos animais	Colocar número:	Número total:	Assinalar:
	Cães Macho <input type="checkbox"/> Fêmea <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> não superior a 10 kg <input type="checkbox"/> entre 10 e 30 kg <input type="checkbox"/> igual ou superior a 30 kg
	Gatos Macho <input type="checkbox"/> Fêmea <input type="checkbox"/>		
N.º Identificação Eletrónica			

DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

O seu pedido deve ser instruído com os elementos abaixo indicados.

Cópia do comprovativo de registo da identificação eletrónica (microchip)
Cópia do boletim sanitário com vacinação antirrábica válida
Cópia do comprovativo de registo válido do animal na junta de freguesia
Comprovativo de residência do proprietário

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

De acordo com o RGPD e demais legislação atinente, enquanto responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos para elaboração e subscrição deste documento e eventuais anexos, o Município da Trofa - Rua das Indústrias, nº 393, 4786-909, Trofa, informa o titular dos dados ou quem os fornece, do seguinte:

- a) Contacto do Encarregado de Proteção de Dados dpo@mun-trofa.pt;
- b) A finalidade do tratamento dos dados pessoais é a expressa no presente documento e eventuais anexos, mormente o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços e o cumprimento de obrigações legais daí decorrentes, a sua gestão administrativa, contabilística, fiscal, contencioso, a prova-judicial, a proteção de receita e auditoria, e cumprimento de obrigações legais subsequentes, na prossecução do respetivo interesse público;
- c) O fundamento legal desse tratamento é o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços, e o cumprimento das obrigações contratuais e legais daí decorrentes, recíprocas e para com outras entidades públicas, na prossecução do respetivo interesse público;
- d) Os dados serão tratados por entidades terceiras/subcontratantes apenas por força de disposição legal ou por estrita necessidade da efetivação das finalidades supra referidas.
- e) Os dados pessoais recolhidos serão somente conservados pelo tempo estritamente necessário ao cumprimento de prazo certo expressamente fixado por Lei, ao referido fornecimento de bens e/ou serviços e demais finalidades referidas supra. Por defeito e na falta de prazo expresso, os dados serão guardados por um mínimo de 21 anos após a cessação do contrato.
- f) O titular dos dados pode exercer os direitos previstos no referido RGPD, designadamente o direito de informação, de acesso, de retificação, de apagamento, de limitação do tratamento, de portabilidade, de oposição, de reclamação para autoridade de controlo - Comissão Nacional de Proteção de Dados – Av. D. Carlos I n.º 134-1º 1200-651 Lisboa - e-mail: geral@cnpd.pt. - e de ser informado em caso de violação de dados, sem prejuízo das finalidades e prazos de conservação acima referidos;
- g) A comunicação dos dados pessoais recolhidos - a saber: nomes, assinaturas, rúbricas, número de documento de identificação, número de identificação fiscal, endereço, números de telefone, endereços de correio eletrónico e números de identificação bancária) constitui, requisito do fornecimento de bens e/ou serviços, bem como obrigação legal e contratual, pelo que o titular está obrigado a fornecê-los e a atualizá-los.

AO ASSINAR O PRESENTE REQUERIMENTO, O/A REQUERENTE ASSUME QUE TOMOU CONHECIMENTO DAS NORMAS DA CAMPANHA MUNICIPAL DE ESTERILIZAÇÃO DE CANÍDEOS E FELÍDEOS.

PEDE DEFERIMENTO

Assinatura		Data	-	-
------------	--	------	---	---

O Técnico de Atendimento procede à verificação do processo, aconselhando o requerente a não efetuar a entrega sem que o mesmo seja devidamente corrigido.